

Maringá – PR, 22 de março de 2022.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO - 9010

A **UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Companhia” ou “UNA”) em atendimento ao requerimento pela Circular nº 3.964/2019 e Carta Circular nº 3.981/2019 do Banco Central do Brasil (“Bacen”), entregar sua Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, conforme relação de documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Demonstração de Valor Adicionado; e
- Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

A divulgação das demonstrações financeiras individuais da Una foi aprovada pela Administração em 22 de março de 2022.

A Administração ressalta que a Companhia foi constituída em 31 de agosto de 2020, tendo sua personalidade jurídica em 21 de maio de 2021, portanto não há bases comparativas para as respectivas Demonstrações Financeiras.

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 42.047.025/0001-90

Em observância às disposições das normas citadas anteriormente, a Diretoria da Una declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório dos Auditores Independentes referente às informações semestrais individuais relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021.

Heitor Meneguette
Diretor Presidente

Germano Meneguette
Diretor Operacional

Érica Ap. Tahara Geraldelli
Contadora
CRC PR 068179/O-0

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

Maringá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 09 de junho de 2021 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo a resolução no 4.720/19 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a circular nº3.959/19 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1, a Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e as referidas demonstrações contábeis compreendem o período entre aquela data e 31 de dezembro de 2021. Na leitura das demonstrações contábeis o referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 22 de março de 2022.

**SIDENI
MORATELLI:61317
837991**
Assinado de forma digital por SIDENI MORATELLI:61317 837991
Dados: 2022.03.24 11:47:37 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 “S” SP

**JULIANO
DOS
SANTOS
MACHADO:9
0271823968**
Assinado de forma digital por JULIANO DOS SANTOS MACHADO:90271 823968
Dados: 2022.03.24 11:47:57 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8 “S” SP

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021
Ativo circulante		
Disponibilidades	5	1.753
Operações de Crédito	6	772
Outros créditos	7	300
Total do Ativo Circulante		2.825
Ativo não circulante		
Imobilizado	8	56
Intangível		2
Total do Ativo não Circulante		58
Total do Ativo		2.883
PASSIVO		
31/12/2021		
Passivo circulante		
Obrigações com fornecedores	9	57
Obrigações tributárias	10	190
Obrigações estatutárias	11	59
Total do Passivo circulante		306
Patrimônio líquido		
Capital social	12	3.000
(-) Capital a integralizar		(600)
Reserva Legal		12
Lucros acumulados		165
Total do patrimônio líquido		2.577
Total do Passivo		2.883

Demonstração do Resultado do exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de operações de crédito		18
Receita de prestação de serviços	13	1.202
Receita operacional líquida		<u>1.220</u>
(-) Deduções da Receita		(94)
Lucro bruto		<u>1.126</u>
(Despesas) / Receitas operacionais		
Despesas administrativas	14	(728)
Despesas ajustes patrimoniais		(3)
Despesas provisão de devedores duvidosos	15	(4)
Total das despesas operacionais		<u>(735)</u>
Lucro antes do Resultado Financeiro		<u>391</u>
Resultado antes das provisões		<u>391</u>
Provisão IRPJ		(76)
Provisão CSLL		(79)
Lucro Líquido do Semestre		<u><u>236</u></u>

Demonstração do resultado abrangente do exercício findo em:
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021
Resultado Líquido do Período	<u>236</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>236</u></u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Reserva de Lucros		Total
			Legal	Lucros Acumulados	
Saldo em 01 janeiro de 2021	-	-	-	-	-
Subscrição de capital social	1.200	(1.200)			-
Integralização de capital social		1.200			1.200
Aumento de Capital Social	1.800	(600)			1.200
Resultado do exercício				236	236
Destinações:					
Constituição de reserva			12	(12)	-
Dividendos				(59)	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.000	(600)	12	165	2.577

Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	391
Ajustado por:	
Depreciações	3
Provisão para crédito e liquidação duvidosa	4
	<u>398</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas	
- Operações de Crédito	(776)
- Outros Créditos	(300)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas	
- Obrigações Fiscais e previdenciárias	35
- Obrigações com fornecedores	57
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>(586)</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(586)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
- Aquisição de ativo imobilizado/Intangível	(61)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(61)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
- Integralização de Capital Social	2.400
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>2.400</u>
Aumento / (Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa)	<u>1.753</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.753

Demonstração do valor adicionado do exercício findo em:
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>
I - RECEITA	1.220
I.1 - Receita com operações de crédito	18
I.2 - Receita com prestação de serviços	1.202
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	728
III - VALOR ADICIONADO BRUTO	492
IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	489
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	489
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	489
Impostos, taxas e contribuições	249
Remuneração de capitais de terceiros	4
Remuneração de capitais próprios	236

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

1) Contexto Operacional

A Unavanti Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e com fins lucrativos. Conforme previsto no artigo 3º do seu Estatuto Social, se dedica ao objeto social inerente às Sociedade de Crédito Direto (“SCD”), como realização de empréstimos, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Prestar serviços de análise de créditos para terceiros; cobrança de crédito de terceiros, atuar como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito em meio de plataforma eletrônica. Obteve autorização do Banco Central do Brasil, para exercer a atividade em 12 de maio de 2021 e teve seu ato constitutivo devidamente registrado/arquivado na Junta Comercial do Paraná, aos 21/05/2021.

Covid-19:

A Empresa continua seguindo todas as orientações de prevenção à Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e vem mantendo as medidas para mitigar o risco de transmissão da Covid-19 nos locais de trabalho. Embora a pandemia ainda esteja ativa, as restrições impostas pelas autoridades brasileiras começaram aos poucos a serem flexibilizadas, e neste contexto consideramos que os efeitos da pandemia na economia global e no Brasil já iniciaram um processo de dissipação. Até o presente momento, a Empresa não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo as previsões dos seus serviços.

No decorrer do período, a administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.

2) Base para Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade a Lei das Sociedades por Ações nº

6.404/76 e demais legislações pertinentes e vigentes e em consonância, quando aplicável, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As Demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 22 de março de 2022.

O CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma, a Cia, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou e/ou adotará os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

Procedimentos CPC	Resolução BACEN/CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de dem. contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
CPC 24 - Evento subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do valor justo	4.748/19

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

3.2 Reconhecimento de receitas

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Contas a receber

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações contábeis. A Empresa reconhece perda para crédito de liquidação duvidosa quando

a Administração entende ter risco de perda na realização de tais créditos (perda esperada).

3.5 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3.6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

3.7 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição líquido de depreciação acumulada.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa no 8. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Empresa, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios-econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.

3.9 Tributação sobre a renda

Tributos correntes

- (i) **Imposto de renda pessoa jurídica:** o IRPJ é apurado pelo lucro real, estimativa mensal é calculado mediante a aplicação, da alíquota de 15% sobre a totalidade do lucro apurado no período e da alíquota adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00.

(ii) **Contribuição social sobre o lucro líquido:** a contribuição é calculada mediante a aplicação da alíquota de 20% sobre a base de cálculo apurada no trimestre. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

3.10 Instrumentos financeiros

Em 2014 foi emitida, pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38 – Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9.

A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de hedge (hedge accounting).

O CPC 48 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1o de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva (contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório). A Empresa adotou a nova norma na data efetiva requerida e não efetuou reapresentação de informações comparativas.

A Empresa realizou avaliação de impacto detalhado dos aspectos referentes à classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do CPC 48. Essa avaliação foi realizada com base em informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita às mudanças decorrentes de alterações nos modelos de negócios adotados pela Empresa para gestão de seus ativos ao longo dos períodos subsequentes.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não designou estruturas de proteção para a contabilidade de hedge.

- a) **Classificação e mensuração** – as avaliações foram realizadas por meio da verificação do modelo de negócio adotado pela Empresa para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecidas pelo CPC 38, não tendo sido identificados impactos significativos em seu balanço patrimonial ou no patrimônio líquido na aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48.

- b) Redução ao valor recuperável** - o CPC 48 exige que a Empresa registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável.

Para essa avaliação a Empresa segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implemente modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada, considerando as diretrizes apresentadas pelo CPC 48. Dessa forma, a Empresa continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo.

A Empresa tem aplicado uma abordagem simplificada para registrar perdas esperadas em contas a receber de clientes. Além disso, considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecido pelo CPC 48, a Empresa não reconhecia, até a adoção do CPC 48, perdas esperadas com contrapartes com recebíveis de clientes. Dessa forma, dado que a maior parte de tais ativos são objeto de negociações com empresas predominantes em seu mercado de atuação (principalmente de cartão de crédito), não houve indícios de redução no valor recuperável e, com a adoção do CPC 48, não foram identificados impactos significativos.

O modelo adotado leva em consideração as características de risco de crédito das operações e contrapartes. Com base nisso, a Administração estabeleceu avaliação/classificação dos riscos de crédito agrupando-os em ratings.

A Administração não identificou impactos relevantes em decorrência da adoção da metodologia de perdas esperadas, haja visto que foi realizado um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento do aging e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento. Após as análises realizadas, a Empresa não identificou efeitos significativos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

3.11 Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja

requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Dessa forma, a Empresa continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais do fluxo de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar o fluxo de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.

3.12 Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 3.5., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também

em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis

- **Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na Nota Explicativa no 3.7, a Empresa revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório.

- **Provisões para riscos**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.

- **Provisão para perda de crédito esperada**

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização.

- **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

4) Riscos

4.1 Risco de estrutura de capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital pela instituição. Visando o atendimento à resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do BACEN, a companhia adotou uma política de gerenciamento de capital que constituiu um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram adequação de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos.

4.2 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração.

4.3 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação as operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17.

4.4 Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia

busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse.

4.5 Política anti-inflacionária

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse.

4.6 Risco Institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

4.7 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

4.8 Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

4.9 Risco de inadimplência

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
Depósitos Bancários	1.753
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.753

6) Operações de Crédito

A conta “Operações de Crédito” são referentes a operações de Crédito que foram realizados mediante antecipação de recebíveis com terceiros das diversas cadeias produtivas que provem fluxo de caixa mediante à antecipação de recebíveis e estão dispostas da seguinte forma:

6.1. Carteira de Crédito Geral

Descrição	31/12/2021
Direitos Creditórios Descontados	776
(-) PECLD	(4)
Total de Operações de Crédito	772

6.2. Carteira de Crédito Composta Res. 2.682/1999

Descrição	31/12/2021
AA	
A	776
B	
C	
D	
E	
F	
G	
H	
Total de Carteira de Crédito Composta	776

6.3. Critérios PECLD

A empresa adotou como critério no ano de 2021 para este trabalho, a resolução 2.682, de 22/12/1999 do Banco Central do Brasil, cujo são tratadas as classificações de operações de crédito, em ordem de risco crescente com base nos percentuais abaixo:

A vencer	0,00%
0 a 14	0,50%
15 a 30	1,00%
31 a 60	3,00%
61 a 90	10,00%
91 a 120	30,00%
121 a 150	50,00%
151 a 180	70,00%
181 a 360	100,00%
Até 48 meses	100,00%

6.4. Composição de PECLD

Descrição	Rating	31/12/2021
AA	0,0%	4
A	0,5%	
B	1,0%	
C	3,0%	
D	10,0%	
E	30,0%	
F	50,0%	
G	70,0%	
H	100,0%	
Total de PECLD	-	4

7) Outros Créditos

A conta “Outros Créditos” são valores a Receber por Serviços prestados à Fundos de Investimentos como Serviços de Cobrança e estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
Serviços prestados a receber	300
Total de Outros Créditos	300

8) Imobilizado

A Administração entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica dos seus ativos. Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração entendeu que não havia indicação de que alguns dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme o Pronunciamento CPC 01.

Descrição	Taxa de Depreciação	30/06/2021	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2021
Computadores e Periféricos	20%		59		(3)	56

9) Obrigações com fornecedores

A conta “Obrigações com Fornecedores” são referentes a obrigações com prestadores de serviço que a Companhia utiliza no cotejo de suas atividades e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
Obrigações P/ Aqui. e Bens e Direitos	2
Fornecedores Nacionais	55
Total Obrigações com Fornecedores	57

10) Obrigações Tributárias

A conta “Obrigações Tributárias” são referentes a obrigações com o fisco que a Companhia tem em detrimento de suas operações e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
IRPJ a pagar	76
CSLL a pagar	79
Retenções S/ Serviços de Terceiros	10
ISS a pagar	2
PIS a pagar	13
COFINS a pagar	10
Total Obrigações Tributárias	190

11) Obrigações estatutárias

A conta “Obrigações Estatutárias” são referentes a obrigações que a Companhia possui com seus acionistas mediante a disposições estatutárias e estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
Dividendos a pagar	59
Total Obrigações Estatutárias	59

12) Patrimônio líquido

Capital Social - O Capital Social subscrito é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000.000 (três milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital integralizado é de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

(-) Capital Social a Integralizar - O Capital Social a Integralizar, representado por 600.000 (seiscentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital a integralizar é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e tem o prazo de 12 meses contados da AGE que deliberou o aumento de Capital Social.

Reserva Legal - A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

Lucros Acumulados - Lucros Acumulados do período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro com valor R\$ 165 que fica à disposição dos acionistas para deliberação futuras.

13) Receita de Prestação de Serviços

A conta “Receita de Prestação de Serviços” é composta pelos diferentes tipos de serviços que o Conglomerado presta aos seus clientes e está disposto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
Serviços de Cobrança	1.200
Serviços Prioritários PJ	2
Total Receita de Prestação de Serviços	1.202

14) Despesas Administrativas

A conta “Despesas Administrativas” é composta por despesas incorridas nos períodos referentes atividades suportes que subsidiam atividade fim dos seus respectivos negócios e estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
Água, Energia e Gás	(2)
Aluguéis	(3)
Material	(2)
Treinamentos	(4)
Estagiários	(5)
Processamento de Dados	(538)
Relações Públicas	(54)
Sistema Financeiro	(1)
Serviços de Terceiros	(108)
Viagem	(1)
Outras Despesas Administrativas	(10)
Total Despesas Administrativas	(728)

15) Despesa de Provisão de Devedores Duvidosos

A conta “Despesa de Provisão de Devedores Duvidosos” segue a regra da Resolução 2682/1999 expedida pelo Bacen que trata sobre os critérios para constituição e está disposto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
Devedores Duvidosos Operações de Crédito	(4)
Total Despesas de Provisão de Devedores Duvidosos	(4)

16) Contingências

O A Companhia não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações financeiras.

17) Eventos Subsequentes

Diante da situação global da pandemia de COVID-19 e com reflexo em praticamente em todos os setores econômicos, os negócios da Companhia possivelmente serão afetados em consequência do impacto no setor. Até o fechamento do exercício, em 31/12/2021, os negócios da Companhia, permanecem dentro do estimado pela Administração, considerando que a escala das atividades deve ocorrer efetivamente a partir do fim do 1º semestre de 2022.

Maringá-PR, 22 de março de 2022.

Heitor Meneguette
Diretor Presidente

Germano Meneguette
Diretor Operacional

Érica Ap. Tahara Geraldelli
Contadora
CRC PR 068179/O-0

INF901042047025122021 (1).pdf

Documento número #40ccbfa-8bb4-4123-b477-b91c211e05b1

Hash do documento original (SHA256): 3cb5f6f843e3d502ea9c457972d4db1bf711816f708f7634cc79ea493498d45c

Hash do PAdES (SHA256): 1f81db769a16b1f8ca6177d43c2cb3c1122d76ef682a85ef55ecf9bb8d566e4e

Assinaturas

✓ **Germano Meneguette**

CPF: 005.500.129-74

Assinou como representante legal em 29 mar 2022 às 13:48:50

Emitido por AC SOLUTI Multipla v5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 27 abr 2024

✓ **HEITOR MENEGUETTE**

CPF: 005.500.159-90

Assinou como representante legal em 29 mar 2022 às 11:46:43

Emitido por AC SOLUTI Multipla v5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 11 mai 2024

✓ **ERICA APARECIDA TAHARA**

CPF: 050.718.719-98

Assinou em 29 mar 2022 às 11:43:40

Emitido por AC CERTIFICA MINAS v5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 14 jan 2025

Log

- 29 mar 2022, 11:41:16 Operador com email juridico@hdlg.com.br na Conta 8359d54d-faae-4972-a324-00ffd538d7a3 criou este documento número 40ccbfa-8bb4-4123-b477-b91c211e05b1. Data limite para assinatura do documento: 28 de abril de 2022 (11:40). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 29 mar 2022, 11:41:41 Operador com email juridico@hdlg.com.br na Conta 8359d54d-faae-4972-a324-00ffd538d7a3 adicionou à Lista de Assinatura: germano@hdlg.com.br, para assinar como representante legal, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Germano Meneguette e CPF 005.500.129-74.
- 29 mar 2022, 11:41:41 Operador com email juridico@hdlg.com.br na Conta 8359d54d-faae-4972-a324-00ffd538d7a3 adicionou à Lista de Assinatura: heitor@hdlg.com.br, para assinar como representante legal, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo HEITOR MENEGUETTE e CPF 005.500.159-90.

-
- 29 mar 2022, 11:41:41 Operador com email juridico@hdlg.com.br na Conta 8359d54d-faae-4972-a324-00ffd538d7a3 adicionou à Lista de Assinatura: erica@unavanti.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo ERICA APARECIDA TAHARA e CPF 050.718.719-98.
- 29 mar 2022, 11:43:40 ERICA APARECIDA TAHARA assinou. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 050.718.719-98. IP: 168.194.161.20. Componente de assinatura versão 1.232.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 29 mar 2022, 11:46:44 HEITOR MENEGUETTE assinou como representante legal. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 005.500.159-90. IP: 168.194.161.20. Componente de assinatura versão 1.232.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 29 mar 2022, 13:48:50 Germano Meneguette assinou como representante legal. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 005.500.129-74. IP: 168.194.161.20. Componente de assinatura versão 1.232.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 29 mar 2022, 13:48:51 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 40ccbfba-8bb4-4123-b477-b91c211e05b1.
-

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 40ccbfba-8bb4-4123-b477-b91c211e05b1, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.